



# Prefeitura Municipal de Unaí - MG

Estado de Minas Gerais

PROCESSO Nº **08468/2020**

Abertura:  
08/06/2020

## SOLICITAÇÃO (FAZ)

Protocolo

Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E  
Código: CGC/CPF: RG:  
Endereço: SEMDESC - RUA CALIXTO MARTINS DE MELO, 230, CENTRO,  
Telefone: E-mail:  
Origem: DIVISÃO DE PROTOCOLO E COMUNICACAO

REFERENCIA: SOLICITA ALTERAÇÃO DE VALORES PREVISTOS NA LEI Nº 3.267 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

MARCELO BRUNO FARAES  
DIVISÃO DE PROTOCOLO E COMUNICACAO

## MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
01	08/06/2020	13	
02	08/06/2020	14	
03	08/06/2020	15	
04	08/06/2020	16	
05	08/06/2020	17	
06	08/06/2020	18	
07 Exercício: 2020	08/06/2020	19	
08		20	
09		21	
10		22	
11		23	
12			

## COMUNICAÇÃO INTERNA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ – MG**  
**Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania - SEMDESC**

DE: SEMDESC

PARA: GOVERNO

Prezados,

Vimos por meio desta, solicitar alteração de valores previstos na Lei nº 3.267, de 2 de dezembro de 2019, que autoriza a destinação de recursos públicos para o setor privado, por intermédio do Plano de Distribuição Prévia de Auxílios, Subvenções Sociais e Contribuições – PDPASC, conforme segue.

**ANEXO IV DA LEI Nº 3.267, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019.**  
**CONTRIBUIÇÕES - FUNDO MUNICIPAL**

Área	Descrição	Dotação	Valor em RS
Infância e Adolescência	I - Apoio a projetos, programas e atividades de atendimento a crianças e adolescentes com recursos advindos da destinação de Imposto de Renda devido.	02.07.02.08.243.275 0.0018.3.3.50.41.00	100.000,00
TOTAL			100.000,00

**ANEXO V DA LEI Nº 3.267, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019.**  
**AUXÍLIO - FUNDO MUNICIPAL**

Área	Descrição	Dotação	Valor em R\$
Infância e Adolescência	I - Apoio a projetos, programas e atividades de atendimento a crianças e adolescentes com recursos advindos da destinação de Imposto de Renda devido.	02.07.02.08.243.275 0.0018.4.4.50.42.00	250.000,00
TOTAL			250.000,00

A alteração é necessária para adequação de valores, uma vez que a destinação de imposto de renda devido superou os valores previstos.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,



*Cláudia Maria de Oliveira*  
*Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania*

DATA: 03/06/2020.  
Emissor: SEMDESC

DATA: ...../...../2020.  
Receptor: .....

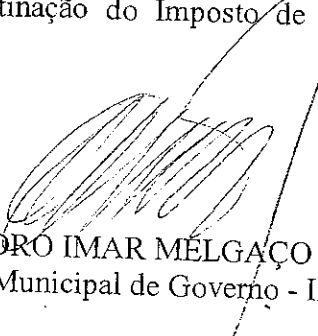


REFERENTE : Processo Administrativo nº 08468-2020, de 08/06/2020  
REQUERENTE : Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania  
ASSUNTO : Alteração de valores – destinação de recursos públicos para o setor privado

À SEAD,

Remeto-lhe os autos para análise e as providências pertinentes visando a alteração solicitada nas fls. 2/3, considerando que a destinação do Imposto de Renda devido superou os valores previstos.

Unaí-MG, 09 de junho de 2020.

  
PEDRO IMAR MELGAÇO  
Secretário Municipal de Governo - Interino



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO  
(SEFAP)



Secretaria Adjunta (Sead/Sefap)



Comunicação Interna n.º 74/2020/Sefap-Sead  
Processo n.º 08.468/2020

Unaí, 10 de junho de 2020.

Senhor Secretário:

Em atenção à solicitação contida na folha 4 do Processo n.º 08.468/2020, informo que não serão necessárias modificações nas leis que integram o arcabouço normativo de planejamento e orçamento para o ano de 2020.

Especificamente, os recursos excedentes às metas de arrecadação para 2020 no âmbito do Fundo Municipal para Infância e Adolescência (FMIA) poderão ser inseridos na programação da despesa da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania (Semdesc) com a abertura de crédito adicional suplementar após a aprovação do Projeto de Lei (PL) modificativo da Lei Municipal n.º 3.267, de 2 de dezembro de 2019.

Para subsidiar a elaboração do referido PL, bem como da mensagem que o encaminhará ao Poder Legislativo é suficiente – considerando a seara do planejamento e do orçamento público – registrar que as despesas serão custeadas com recursos do orçamento anual de 2020 e seus créditos adicionais.

Respeitosamente,

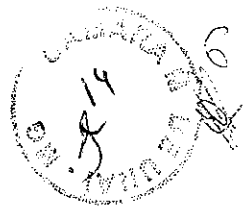
Dr. DANILO BIJOS CRISPIM  
Economista  
BSc\* | MSc\*\* | DSc\*\*\*  
Corecon MG 6715 | CNPEF 373  
Matrícula 10007-8

Ao Senhor  
Pedro Imar Melgaço  
Secretário Interino de Governo  
Secretaria Municipal de Governo (Segov)

\* Bachelor of Science (BSc), UnB, 2004.

\*\* Master of Science (MSc), UnB, 2013.

\*\*\* Doctor of Science (DSc), UnB, 2019.

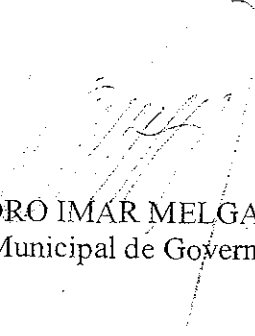


REFERENTE : Processo Administrativo nº 08468-2020, de 08/06/2020  
REQUERENTE : Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania  
ASSUNTO : Alteração de valores -- destinação de recursos públicos para o setor privado

À AMALÉGIS,

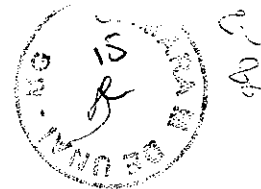
Encaminho-lhe os autos para as providências com a abertura do crédito adicional suplementar após a aprovação do projeto de lei modificativo da Lei Municipal nº 3.267, de 02/12/2019.

Unai-MG, 25 de junho de 2020.

  
PEDRO IMAR MELGAÇO  
Secretário Municipal de Governo - Interino



**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



PROCESSO Nº: 08468/2020

Ao Controle Interno,

Senhora Controladora,


Com cordiais cumprimentos, encaminho-lhe o presente processo com o intuito de parecer da Controladoria Interna desta Prefeitura a respeito da solicitação da CI de fls. 2.

Após remeta-se os autos à Procuradoria Geral para emissão de parecer a respeito da legalidade do envio de Projeto de Lei à Câmara Municipal, considerando que estamos em um ano eleitoral.

Posteriormente, que os autos sejam devolvidos à Amalegis para providências.

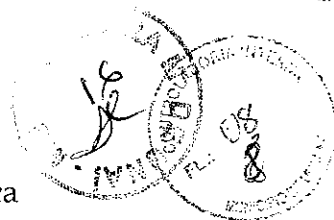
Atenciosamente,

Unaí MG, 26 de junho de 2020.

  
Tatiane Rodrigues Rocha  
Assessora Jurídica - Amalegis



**MUNICÍPIO DE UNAÍ**  
Controladoria Interna e de Transparência Pública



**PARECER Nº 002/2020**

**PROCESSO Nº: 08468/2020**

**INTERESSADO: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania**

**ASSUNTO: Alteração de valores – destinação de recursos público para setor privado.**

**PARECER**

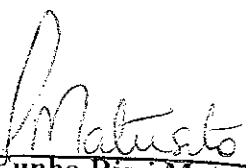
Trata-se de solicitação da alteração de valores previstos nos Anexos IV e V da Lei nº 3.267/2019 que autoriza a destinação de recursos públicos para o setor privado, por intermédio do Plano de Distribuição Prévia de Auxílios, Subvenções Sociais e Contribuições – PDPASC, considerando que a destinação de imposto de renda devido superou os valores previstos.

A Lei nº 3.267/2019, artigo 3º, autoriza aporte adicional de recursos públicos correspondente a no máximo 15% (quinze por cento) do valor individualizado previstos nos anexos da Lei.

Desta forma, sendo os valores a serem alterados superiores à porcentagem autorizada, faz-se necessário o envio de Projeto de Lei modificando a Lei Municipal nº 3.267/2019, em especial, os Anexos IV e V.

Sem mais, encaminhamos os autos à Procuradoria Geral para manifestação conforme solicitado (fls.7).

Unaí/MG, 01 de julho de 2020.

  
Lilian Cunha Rissi Matusita  
Controladora Interna e de Transparência Pública





## MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

### PODER EXECUTIVO



Processo Administrativo 08468/2020

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Ao: DR. ANTÔNIO LUCAS DA SILVA

Sr. Procurador Geral,

Trata-se de solicitação De parecer jurídico referente a alteração dos valores advindos de Imposto de Renda em apoio a projetos, programas e atividades de atendimento a criança e adolescente em ano eleitoral.

Em síntese, é o relatório. Passo a fundamentar:

Por se tratar de um ano atípico, chamado de "ano eleitoral" é coerente a preocupação da Administração com os recursos destinados aos programas sociais em face da Lei Eleitoral, mais precisamente ao contido em seu artigo 73 § 10.

Através da Nota Técnica Conjunta da Coordenadoria Regionais das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação e dos Direitos da Criança e Adolescente nº 01/2020, que analisou a aplicação de recursos destinados ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, que segue em anexo, concluiu *"pela não vedação da aplicação dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentro das normas legais que dispõem sobre o seu funcionamento, em ano de eleições gerais, não havendo incidência da vedação eleitoral prevista no art 73 § 10, da Lei Federal nº 9.504/97"*.



## **MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**

### **PODER EXECUTIVO**



Entendemos que os projetos destinados a proteção da criança e adolescente devem ser preponderantes e não podem sofrer interrupção, tão somente ser um ano em que irão ocorrer eleições municipais.

Concordamos com os pareceres do Dr Danilo Bijos Crispim, Economista da Prefeitura Municipal de Unaí, fl 05 e da Srª Lilian Cunha Rissi Matusita, controlada Interna e de Transparência Pública, fl 08.

Contudo, sugerimos, SMJV, que as propostas de projetos sociais a serem beneficiados pelo referido recurso financeiro devem ser cuidadosamente analisados, observando especificamente quanto ao seu atendimento exclusivo ao apoio a atividades de atendimento à criança e adolescente.

É O PARECER S.M.J.

Unaí-MG, 07 de julho de 2020



**ROGENALDO ELIAS**

**ASSESSOR JURÍDICO DA PROCURADORIA GERAL**

**OAB 130.656**



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CAODCA

Coordenadoria Estadual de Apoio aos Promotores Eleitorais – CAEL

Coordenadorias Regionais das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação e dos Direitos de Crianças e Adolescentes – CREDCA's

### NOTA TÉCNICA CONJUNTA CAODCA/CAEL/CREDCA's Nº 01/2020

**EMENTA:** APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM ANO ELEITORAL.

#### I. OBJETO

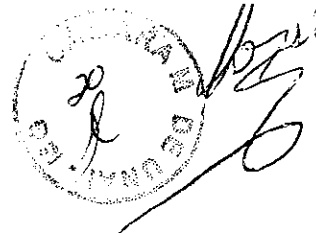
Trata-se de Nota Técnica que tem por escopo trazer esclarecimentos acerca da possibilidade ou não de aplicação dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente em ano eleitoral, tendo em vista as vedações da Lei Federal nº 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições, dentre elas, a proibição da distribuição gratuita de bens e valores pela Administração Pública em ano de eleições.

É importante salientar que as notas técnicas são emitidas pelos Centros de Apoio e Coordenadorias com o intuito de subsidiar a atuação dos Promotores e Procuradores de Justiça, no exercício das suas respectivas funções, tratando de temas considerados relevantes ou polêmicos, visando, ainda, à uniformização de procedimentos e entendimentos no âmbito interno do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sendo destinadas apenas aos seus membros, sem qualquer caráter vinculativo, respeitando-se integralmente o princípio institucional da independência funcional.

#### II. ANÁLISE

Preliminarmente, antes de adentrarmos ao mérito da temática, teceremos algumas considerações introdutórias sobre os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, para uma melhor compreensão de sua natureza e de sua finalidade.

Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou Fundos da Infância e da Adolescência, conhecidos como FIA, constituem fundos especiais e, como tais, são



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças  
e dos Adolescentes – CAODCA  
Coordenadoria Estadual de Apoio aos Promotores Eleitorais – CAEL  
Coordenadorias Regionais das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação e dos Direitos  
de Crianças e Adolescentes – CREDCA's

---

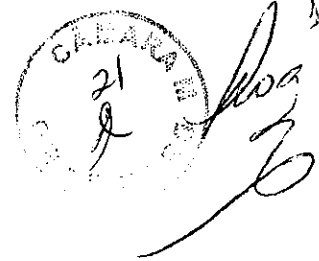
compostos pelo produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados programas, projetos e ações, de natureza complementar e temporária, voltados para a área da criança e do adolescente (art. 71, da Lei n. 4.320/1964).

Apresentam como um dos fundamentos para a sua criação a necessidade de facilitar a captação, a segregação e a aplicação de recursos para a execução de programas ou projetos especiais para atendimento dos direitos da criança e do adolescente, faixa etária que deve ser prioritariamente atendida (art. 227, CR/88).

Conforme disposições dos arts. 88, inciso IV e 260, § 2º, da Lei Federal nº 8.069/90, são vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, a quem cabe deliberar, por meio de planos de ação e aplicação, a distribuição dos seus recursos, que somente podem ser usados para ações diretamente relacionadas à área da criança e do adolescente.

O FIA tem natureza jurídica de fundo especial porque, de acordo com o artigo 71 da Lei nº 4.320/64, reúne verbas (as chamadas receitas específicas, definidas, marcadas, "carimbadas") destinadas a objetivos determinados, segundo princípios e regras próprios (normas especialmente destinadas à matéria)..

A finalidade dos recursos do FIA é o financiamento de programas e projetos complementares e inovadores na área da criança e do adolescente, de duração determinada e excepcional, como: programas de estudos e pesquisa, de diagnóstico da realidade social do município, programas de capacitação e formação profissional para operadores da área da criança e do adolescente, programas de desenvolvimento de sistemas de informação, monitoramento e avaliação de políticas públicas da área infantojuvenil, programas e projetos de comunicação e divulgação, campanhas educativas, entre outros (art. 15, Res. CONANDA nº 137/2010).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CAODCA

Coordenadoria Estadual de Apoio aos Promotores Eleitorais – CAEL

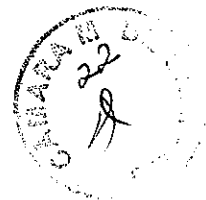
Coordenadorias Regionais das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação e dos Direitos de Crianças e Adolescentes – CREDCA's

eleição de programas sociais como bolsa família, vale-gás, merenda escolar, auxílio-creche, entre outros. Percebe-se, como ponto comum nos exemplos citados, que o beneficiário recebe o auxílio da Administração Pública, sem que dele seja exigido o implemento de qualquer condição ou contrapartida, bastando que esteja na situação prevista no ato normativo instituidor da benesse, como – no caso de programas assistenciais - a vulnerabilidade social. Alcançada pela vedação eleitoral, portanto, a típica liberalidade da administração pública, ainda que justificada pela necessidade do beneficiário.

Fixada tal premissa, importante esclarecer que os recursos do FIA são destinados a instituições/entidades para execução de programas e projetos especiais na área da criança e do adolescente, não se tratando de distribuição de valores para os cidadãos. Equivale dizer que os recursos do fundo são repassados para o cumprimento de contraprestações específicas, constantes do projeto apresentado e aprovado pelo Conselho de Direitos, daí que há nítida contraprestação de um serviço, assumida pela entidade beneficiada, não havendo, portanto, gratuidade no repasse. Nesse sentido, a aplicação de recursos do FIA não se enquadra na conduta vedada pelo art. 73, § 10, da Lei Federal nº 9.504/97, em especial pela ausência da nota da "GRATUIDADE", essencial à caracterização do ilícito.

É importante ressaltar, também, que a aplicação dos recursos do FIA passa por um processo extenso e complexo, que prevê várias fases e formalidades, como a elaboração de diagnóstico da realidade social do município, elaboração e aprovação de um plano de ação e de aplicação de recursos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e inclusão desses planos nas leis orçamentárias do município.

Além desses procedimentos, para o recebimento dos recursos do FIA, as entidades e suas propostas de programas devem passar por processo público de seleção,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CAODCA

Coordenadoria Estadual de Apoio aos Promotores Eleitorais – CAEL

Coordenadorias Regionais das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação e dos Direitos de Crianças e Adolescentes – CREDCA's

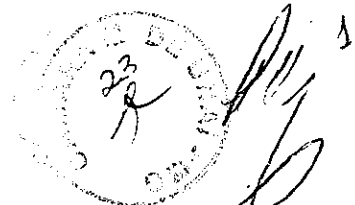
mediante publicação de edital, para averiguar se atendem às condições e requisitos necessários para o uso dos recursos do fundo (Lei 13.019/17).

Assim, considerando a finalidade da destinação dos recursos do FIA (repita-se: implemento de políticas públicas), a forma e as condições exigidas para o repasse dos valores, conclui-se que a vedação eleitoral cogitada (art. 73, § 10) não se aplica. Nesse sentido também já se manifestou o Tribunal Superior Eleitoral, embora em referência ao Fundo da Cultura

Ac.-TSE, de 24.4.2012, no RO nº 1717231: assinatura de convênios e repasse de recursos financeiros a entidades privadas para a realização de projetos na área da cultura, do esporte e do turismo não se amoldam ao conceito de distribuição gratuita.<sup>1</sup>

Vale mencionar, ainda, que a gestão e a deliberação da aplicação dos recursos do FIA compete ao CMDCA, órgão de composição paritária, integrado por representantes governamentais e representantes da sociedade civil, em respeito ao princípio da democracia participativa. A sociedade civil participa diretamente da seleção dos programas e projetos que receberão os valores do FIA, o que quebra a hegemonia e a exclusividade do poder público na tomada das decisões. A sociedade civil participa de forma igualitária com o poder público na escolha dos programas, que devem ser selecionados com base em diagnóstico prévio da realidade social que aponte as demandas e os programas que seriam mais indicados para atendimento dos direitos da criança e do adolescente. Assim, a deliberação sobre a aplicação dos recursos do FIA não envolve uma atuação isolada do representante governamental, tendo em vista a participação da sociedade civil no procedimento, o que retira a atuação exclusiva do poder público, bem como dificulta a tentativa de seleção de determinados programas e projetos pelo representante

<sup>1</sup> Disponível em: <http://temasselecionados.tse.jus.br/temas-selecionados/conduatas-vedadas-a-agentes-publicos/distribuicao-gratuita-de-bens-valores-ou-beneficios>



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CAODCA

Coordenadoria Estadual de Apoio aos Promotores Eleitorais – CAEL

Coordenadorias Regionais das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação e dos Direitos de Crianças e Adolescentes – CREDCA's

governamental que poderia trazer algum favorecimento eleitoral. A gestão e deliberação paritária dos recursos do FIA só vem a reforçar o controle da aplicação dos recursos, não havendo necessidade de incidência da vedação eleitoral prevista.

Por fim, faz-se necessário salientar que eventual vedação da aplicação dos recursos do FIA em ano eleitoral implicará na suspensão, durante todo o ano eleitoral, de programas especiais de atendimento na área infantojuvenil, com prejuízo direto para crianças e adolescentes, em detrimento dos princípios da proteção integral e prioritária e do interesse superior da criança e do adolescente (art. 100, p.u., incisos II e IV, ECA).

Não obstante a não incidência da vedação do art. 73, § 10, da Lei n. 9.504/97, necessário chamar a atenção para o disposto no § 11, do mesmo art. 73, que veda a destinação de recursos públicos a entidades nominalmente vinculadas a candidatos ou por eles mantidas:

“Nos anos eleitorais, os programas sociais de que trata o § 10 não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida.”

### III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se, a princípio, pela não vedação da aplicação dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescentes, dentro das normas legais que dispõem sobre o seu funcionamento, em ano de eleições gerais, não havendo incidência da vedação eleitoral prevista no art. 73, § 10, da Lei Federal nº 9.504/97, tendo em vista as seguintes razões:

- a aplicação de recursos do FIA em programas e projetos não se trata da distribuição gratuita de valores vedada pela norma eleitoral,



46

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças  
e dos Adolescentes - CAODCA

Coordenadoria Estadual de Apoio aos Promotores Eleitorais - CAEL  
Coordenadorias Regionais das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação e dos Direitos  
de Crianças e Adolescentes - CREDCA's

uma vez que os recursos do fundo são repassados mediante a  
contraprestação de um serviço pela entidade beneficiada;

➤ a aplicação dos recursos do FIA envolve procedimento  
extenso e complexo, que prevê várias fases e formalidades, inclusive a  
previsão em leis orçamentárias;

➤ considerando os princípios da prioridade absoluta, da  
proteção integral e do interesse superior da criança e do adolescente, o  
atendimento dos direitos da criança e do adolescente, por meio de  
programas especiais financiados pelo FIA, deve ser preponderante, não  
podendo sofrer solução de continuidade, razão pela qual a vedação da lei  
eleitoral não deve incidir sobre a aplicação dos recursos do FIA.

Incidirá a vedação, todavia, do art. 73, § 11, da mesma Lei n. 9.504/97, vedada a  
destinação de recursos a entidades vinculadas nominalmente a candidatos ou por eles  
mantidas.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2020.

Paola Domingues Botelho Reis de  
Nazareth  
Promotora de Justiça  
Coordenadora do CAODCA

Márcio Rogério de Oliveira  
Promotor de Justiça  
Cooperador no CAODCA

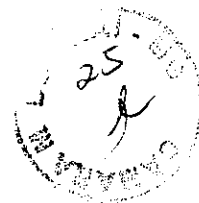
Edson de Resende Castro  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CAEL

André Tuma Delbim Ferreira  
Promotor de Justiça  
Coordenador da CREDCA-Triângulo  
Mineiro





**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



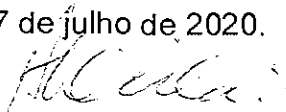
**Autos nº 08468 / 2020.**

**Interessado: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e  
Cidadania**

Acolhemos o parecer de fls. 09/10, da lavra do ilustre  
Assessor Jurídico, Dr. Roginaldo Elias, por seus próprios  
fundamentos.

À AMALEGIS.

Unaí, 07 de julho de 2020.

  
Antonio Lucas da Silva  
Procurador-Geral do município



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças  
e dos Adolescentes – CAODCA

Coordenadoria Estadual de Apoio aos Promotores Eleitorais – CAEL  
Coordenadorias Regionais das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação e dos Direitos  
de Crianças e Adolescentes – CREDCA's

uma vez que os recursos do fundo são repassados mediante a  
contraprestação de um serviço pela entidade beneficiada;

➤ a aplicação dos recursos do FIA envolve procedimento  
extenso e complexo, que prevê várias fases e formalidades, inclusive a  
previsão em leis orçamentárias;

➤ considerando os princípios da prioridade absoluta, da  
proteção integral e do interesse superior da criança e do adolescente, o  
atendimento dos direitos da criança e do adolescente, por meio de  
programas especiais financiados pelo FIA, deve ser preponderante, não  
podendo sofrer solução de continuidade, razão pela qual a vedação da lei  
eleitoral não deve incidir sobre a aplicação dos recursos do FIA.

Incidirá a vedação, todavia, do art. 73, § 11, da mesma Lei n. 9.504/97, vedada a  
destinação de recursos a entidades vinculadas nominalmente a candidatos ou por eles  
mantidas.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2020.

Paola Domingues Botelho Reis de  
Nazareth  
Promotora de Justiça  
Coordenadora do CAODCA

Edson de Resende Castro  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CAEL

Márcio Rogério de Oliveira  
Promotor de Justiça  
Cooperador no CAODCA

André Tuma Delbim Ferreira  
Promotor de Justiça  
Coordenador da CREDCA-Triângulo  
Mineiro